

ATA 018/2024: Aos doze dias do mês de dezembro de 2024, as 14 horas, reuniram-se na sala do prédio do NAAB, os membros do Conselho Municipal de Previdência, Conselho Fiscal e os membros do Comitê de Investimentos cumprindo o previsto nas legislações em vigor e deliberaram sobre a proposta de Política Anual de Investimentos para o exercício 2025. A Política de Investimentos foi elaborada pela consultoria Referência e a meta da PI será de INPC + 5,24% a.a., seguindo as premissas da taxa parâmetro na Portaria MPS nº 3.289/2023, sendo que a estratégia alvo ficou em 100%.

Foi observado que o presente documento foi elaborado conforme determina a **Resolução 4.963/2021 e Portaria 1467/2022.**

Ainda, do presente documento, extraiu-se que as expectativas de mercado para o exercício de 2024, até o presente momento, sinalizam um caminho que passa pela continuidade do ciclo de queda da Selic, pela observância do teto inflacionário e por um tímido crescimento econômico, tendo em vista a defasagem do contracionismo monetário iniciado ainda em 2021. Soma-se a isso o olhar atento do mercado no que refere à condução da política fiscal, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar as incertezas do mercado e, conseqüentemente, os riscos.

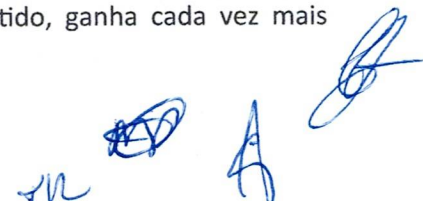
Nesse contexto, a calibragem da política monetária a ser conferida pelo BACEN precisará estabelecer um adequado equilíbrio entre controle inflacionário e retomada do crescimento econômico, além de manter respectiva cautela quanto ao rumo dos juros norte-americanos, uma vez que elevações acima do previsto podem limitar o ritmo de queda da Selic. Em síntese, a segurança e os prêmios atrativos pagos pelos títulos da dívida dos EUA incentivam a evasão de recursos, obrigando o Banco Central brasileiro a também ponderar essa variável quando da definição de sua política monetária.

No mesmo sentido, torna-se necessário uma maior clareza quanto às regras do novo arcabouço fiscal, principalmente no que diz respeito às suas fontes de custeio, sob o risco de o Estado mais uma vez incorrer em déficit primário e, por consequência, agravar a relação dívida/PIB. O desafio é conciliar um orçamento já bastante ajustado com as diversas demandas sociais assumidas pelo Governo, sem que o aumento de receita previsto venha a obstaculizar ainda mais a retomada da atividade econômica.

Do ponto de vista externo, além da preocupação com as taxas de juros norte-americanas, o desempenho da China, principal parceiro econômico do país ao longo dos últimos anos, também estará no horizonte dos investidores. Confirmando as atuais previsões da OCDE e do FMI, a China terá mais um ano de crescimento abaixo de sua média histórica, o que implicará prejuízo às exportações brasileiras, sobretudo das commodities, tanto no que se refere às cotações internacionais de preços quanto aos volumes embarcados.

Os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio também irão pautar a agenda econômica nacional, uma vez que novos choques de oferta reacenderiam o risco inflacionário, comprometendo as previsões de queda da Selic e exigindo esforços fiscais que dificilmente estarão ao alcance do Governo na magnitude necessária.

Diante deste cenário, a preferência segue sendo por títulos de prazos mais curtos, pelo menos nos primeiros meses de 2024, período em que as incertezas quanto à evolução dos juros nos EUA e à condução da política fiscal brasileira restarão potencializadas. A partir disso, os investimentos em títulos de maior duração poderão novamente tornar-se atrativos, especialmente se as expectativas de médio e longo prazo indicarem quedas da Selic em ritmo acima do inicialmente previsto. Todo esse contexto requer prudência na escolha pelas melhores opções, recomendando-se uma adequada e obrigatória diversificação do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui ressaltadas. Nesse sentido, ganha cada vez mais



importância as atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública.

Considerando o posicionamento histórico nos investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento dos seus gestores, ressaltamos que o RPPS possui o perfil de investidor: CONVERSADOR.

Após a apresentação e esclarecimentos da presente Política de Investimento, os conselheiros, por unanimidade, aprovaram a Política Anual de Investimentos para o exercício 2024, devendo o RPPS continuar observando a lista exaustiva do MPS para fins de credenciamento das instituições financeiras.

Em ANEXO, Quadro Resumo da Política de Investimentos – Resolução CNM nº 4.963/2021. Não havendo mais nada a deliberar.

| RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CNM nº 4.963/2021 | | | | | |
|---|-----------------------|------------------|-------------------|---------------------|--------------------|
| Alocação dos Recursos/Diversificação | Alocação dos recursos | | | | |
| | Limite da Resolução | Limite do Inciso | Limite Inferior % | Estratégia a Alvo % | Limite de Superior |
| Renda Fixa - Art. 7º | | | | 92,0% | |
| Titulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, a | | | 0,0% | 0,0% | 15,0% |
| Fundo/Classe de Investimento - 100% Titulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b | 100% | 100% | 0,0% | 50,0% | 100,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - 100% Titulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, c | | | 0,0% | 0,5% | 2,0% |
| Operações Compromissadas - 100% Titulos Públicos SELIC - Art. 7º, II | 5% | 5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a | 60% | 60% | 0,0% | 40,0% | 60,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b | | | 0,0% | 0,5% | 2,0% |
| Ativos de Renda Fixa Emitidos por instituição financeira - Art. 7º, IV | 20% | 20% | 0,0% | 0,5% | 15,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Sênior - Art. 7º, V, a | 5% | | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b | 5% | 15% | 0,0% | 0,5% | 5,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c | 5% | | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Renda Variável - Art. 8º | | | | 6,0% | |
| Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I | | | 0,0% | 0,5% | 5,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º, II | 30% | 30% | 0,0% | 3,0% | 15,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III | | | 0,0% | 2,0% | 5,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF - art. 8º, IV | | | 0,0% | 0,5% | 5,0% |
| Investimento no Exterior - Art. 9º | | | | 1,0% | |
| Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I | 10% | 10% | 0,0% | 0,0% | 1,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II | | | 0,0% | 1,0% | 5,0% |
| Fundos Estruturados - Art. 10º | | | | 1,0% | |
| Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I | 10% | | 0,0% | 1,0% | 10,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Participações - Art. 10, II | 5% | 15% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso - Art. 10, III | 5% | | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Fundos Imobiliários - Art. 11º | | | | 0,0% | |
| Fundo/Classe de Investimento Imobiliário - Art. 11 | 5% | 5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Empréstimos Consignados Art. 12º | | | | 0,0% | |
| Empréstimos Consignados - Art. 12º | 5% | - | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Total | | | | 100,00% | |

Não havendo mais nada a deliberar.

Conselho Municipal Previdenciário

Carla Viero de Oliveira

Carla V. de Oliveira

Mario Politoski

Mario Politoski

Tereza Rigodanzo

Tereza Rigodanzo

Gelsi Maria Mirek

Gelsi Maria Mirek